

1. Em recentes alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, foram incluídos e/ou modificados alguns dispositivos legais. Marque a alternativa que não coaduna com as novas regras da referida legislação:

- (a) A criação da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.
- (b) Nenhuma criança ou adolescente menor de 14 anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- (c) O acesso à escola pública e gratuita para crianças e adolescentes, que seja próxima de sua residência, garantindo-se ainda vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
- (d) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo 1 Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- (e) A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

2. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (a) Uma das diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente é a federalização do atendimento.
- (b) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução.
- (c) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de todos os titulares do poder familiar, de forma conjunta, nos casos de internação de criança ou adolescente.
- (d) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses.
- (e) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

3. Conforme estabelece expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, quem tem competência e em qual circunstância as decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas?
- (a) O Ministério Público, a pedido de quem tenha legítimo interesse.
 - (b) O Ministério Público, mediante requerimento ou representação de qualquer cidadão.
 - (c) A Defensoria Pública, mediante requerimento ou representação de qualquer cidadão.
 - (d) A autoridade judiciária, mediante requerimento ou representação de qualquer cidadão.
 - (e) A autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse.
4. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. São atribuições do Conselho Tutelar, "**EXCETO**":
- (a) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
 - (b) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
 - (c) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
 - (d) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
 - (e) Inspeccionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.
5. Com base na Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, assinale a alternativa correta.
- (a) Subtrair criança ou adolescente do poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto, constitui crime punido com pena de detenção de dois a cinco anos, e multa.
 - (b) A autoridade judiciária poderá aplicar medida socioeducativa ainda que o ato praticado pelo adolescente não constitua ato infracional.
 - (c) A sentença que deferir a adoção não produz efeito desde logo, devendo a apelação, em qualquer caso, ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
 - (d) Alguns dos crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente são de ação penal pública condicionada à representação.

(e) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

6. A respeito da colocação de criança ou adolescente em família substituta, julgue os itens seguintes.

- I. Pode ser padrinho ou madrinha pessoa maior de dezoito anos não inscrita nos cadastros de adoção, desde que cumpra os requisitos do programa de apadrinhamento de que faz parte.
- II. Para que um adolescente seja colocado em família substituta, ele sempre deverá ser ouvido previamente por equipe interprofissional, o que faz que sua opinião seja terminativa para a realização do ato.
- III. Em regra, o deferimento da guarda de criança a terceiros faz cessar o dever dos pais de prestar alimentos e o direito a visitas.
- IV. O falecimento do adotante no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença, desde que ele tenha apresentado inequívoca manifestação de vontade sobre o ato, não obsta que seja a adoção deferida.

Assinale a opção correta.

- (a) Apenas o item I está certo.
- (b) Apenas o item II está certo.
- (c) Apenas os itens I e IV estão certos.
- (d) Apenas os itens II e III estão certos.
- (e) Apenas os itens III e IV estão certos.

7. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa que **não** apresenta uma garantia processual assegurada à criança e ao adolescente.

- (a) Assistência judiciária gratuita e integral, em caso de necessidade.
- (b) Defesa técnica por advogado.
- (c) Pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.
- (d) Direito de ser ouvido pela autoridade competente, por meio de seus representantes legais.
- (e) Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsáveis em qualquer fase do procedimento.

8. No caso de criança de seis anos de idade ser encontrada sozinha na rua, a primeira medida específica de proteção a ser aplicada pelo conselho tutelar será

- (a) o encaminhamento da criança a entidade que mantenha programa de acolhimento institucional, em decorrência natural da caracterização do abandono.
- (b) a inclusão da criança em serviço e programa oficial ou comunitário de proteção, apoio e promoção da família e da criança.
- (c) a orientação, o apoio e o acompanhamento temporários.
- (d) a inclusão em programa de acolhimento familiar.

- (e) o encaminhamento da criança aos pais ou ao responsável, mediante termo de responsabilidade.

9. De acordo com o ECA, considera-se uma forma de tratamento cruel ou degradante

- (a) a lesão.
- (b) a humilhação.
- (c) o sofrimento físico.
- (d) o castigo.
- (e) a punição física.

10. A proteção integral, que rege o direito da criança e do adolescente, reconhece crianças e adolescentes como

- (a) objetos de proteção do Estado e de medidas judiciais, mas que devem ser responsabilizados pela própria situação de irregularidade.
- (b) sujeitos de direito, devendo o Estado, a família e a sociedade lhes assegurar direitos fundamentais.
- (c) objetos de proteção do Estado e de medidas judiciais, sendo o Estado o principal responsável por lhes assegurar direitos.
- (d) sujeitos de direito que devem ser responsabilizados pela própria situação de irregularidade.
- (e) Sujeito de direito, devendo o Estado e a família lhes assegurar direitos fundamentais.

11. De acordo com o disposto no artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar:

- (a) maus tratos envolvendo seus alunos.
- (b) atos infracionais cometidos por adolescentes dentro da escola.
- (c) violência entre alunos em caso de agressão física.
- (d) vandalismo ao patrimônio público ou particular.
- (e) agressão aos professores e demais funcionários.

12. Sobre a lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral de crianças e adolescentes, a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento, o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Podemos citar como direcionamento no que tange a assistência a gestante, à puerpera e ao recém-nascido o seguinte:

- (a) Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher.

- (b) O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção secundária.
- (c) A gestante e a parturiente não terão direito a acompanhante durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.
- (d) A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e preferencialmente a opção pelo parto cesárea.
- (e) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, com exceção aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

13. Segundo o ECA em relação a adoção, o adotante deve ser mais velho que o adotando por pelo menos:

- (a) 18 anos;
- (b) 17 anos;
- (c) 16 anos;
- (d) 15 anos;
- (e) 14 anos;

14. A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os seguintes itens.

I É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico da instituição de ensino.

II Não é permitido à criança e ao adolescente contestar os critérios avaliativos da escola.

III Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

Assinale a opção correta.

- (a) Apenas o item I está certo.
- (b) Apenas o item II está certo.
- (c) Apenas os itens I e III estão certos.
- (d) Apenas os itens II e III estão certos.
- (e) Todos os itens estão certos.

15. Clarisse, mãe de Bernardo, de cinco anos de idade, pretende viajar com o filho, da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre, para a Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Comprou passagens aéreas e irão acompanhados da avó paterna. O pai de Bernardo é falecido. No momento do embarque, foi exigida a certidão de óbito, esquecida por Clarisse, que apresentou, além de sua certidão de casamento, a Cédula de Identidade original dos três passageiros, impedidos de embarcar pela companhia aérea. Exigiram a presença do pai, a apresentação da prova do óbito ou a autorização de viagem. A conduta do representante da companhia aérea está

- (a) correta, porque não se trata de comarca contígua à residência da criança, ainda que na mesma unidade da Federação, e não está incluída na mesma região metropolitana.
- (b) errada, porque foi provado o óbito do pai por duas testemunhas idôneas, o que supre a falta da prova documental ou a autorização de viagem pelo falecido ou judicial.
- (c) errada, porque a criança estava acompanhada de ascendente maior, até o terceiro grau, comprovado o parentesco.
- (d) correta, porque a criança, ainda que acompanhada de duas pessoas maiores, não tinha autorização expressa do pai com firma reconhecida e não houve comprovação do alegado óbito.
- (e) correta, porque ainda que a criança estivesse acompanhada de ascendentes maiores até o terceiro grau, não havia a comprovação do óbito do pai.

16. No tocante aos direitos fundamentais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- (a) se entende por família extensa ou ampliada aquela formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- (b) a atenção primária à saúde deverá prestar apoio à gestante, exceção feita àquelas que abandonarem as consultas de pré-natal.
- (c) será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas, promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, que dependerá de autorização judicial.
- (d) o Conselho Tutelar poderá aplicar a medida de encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas que utilizarem tratamento degradante como formas de educação.
- (e) a gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana quando desejar.

17. O professor de uma escola suspeitou, durante a aula, de que um de seus alunos, de doze anos de idade, estava sendo vítima de maus-tratos. Nesse caso, o ECA determina que o caso seja obrigatoriamente reportado

- (a) ao Ministério Público
- (b) ao conselho tutelar.
- (c) ao juízo da infância e da juventude.
- (d) à autoridade policial mais próxima.
- (e) ao centro especializado de assistência social mais próximo.

18. De acordo com o artigo 67 do ECA, ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I – penoso, insalubre e perigoso.

II – realizado em horários e locais que permitam a frequência à escola.

III – matutino, realizado fora do perímetro geográfico da escola frequentada pelo adolescente.

IV – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.

V – realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

- (a) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (b) Apenas os itens I, IV e V estão corretos.
- (c) Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos.
- (d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (e) Todos os itens estão corretos.

19. Assinale a alternativa **correta** no que diz respeito ao regular funcionamento de entidades de atendimento a crianças e adolescentes, nos termos da Lei n° 8069/90.

- (a) As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (b) As entidades que mantenham programas de abrigo não poderão acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente.
- (c) O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.
- (d) As entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação de comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.
- (e) As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento serão fiscalizadas pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, mediante provocação do Conselho Tutelar.

20. As resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente determinam que, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e os princípios contidos na Constituição Federal, na legislação infraconstitucional e nas convenções internacionais. Com base nessa informação, é correto elencar, entre tais dispositivos, a:

- (a) federalização da política de atendimento a crianças e adolescentes.
- (b) proteção integral e secundária dos direitos da criança e do adolescente.

- (c) intervenção máxima e permanente das autoridades e instituições em promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente.
- (d) responsabilidade exclusiva da família pela plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e adolescentes.
- (e) intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida.

21. Em cada município haverá no mínimo um Conselho Tutelar, órgão permanente e

- (a) não autônomo, subordinado ao Poder Judiciário, composto de cinco membros escolhidos pela população local, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- (b) autônomo, não jurisdicional, integrante da Administração local, composto de cinco membros, escolhidos pelo prefeito, com aprovação da Câmara de Vereadores, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- (c) não autônomo, subordinado ao Poder Judiciário, composto de cinco membros escolhidos por juiz de Infância e da Juventude, por tempo indeterminado e sem renumeração.
- (d) autônomo, não jurisdicional, integrante da Administração Pública local, composto de cinco membros escolhidos pela população local, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- (e) autônomo, não jurisdicional, integrante da Administração Pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local, para mandato de quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

22. À luz da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo.:

- () Uma das diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente inserido em programa de acolhimento institucional ou familiar é a atuação integrada dos órgãos do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, do Conselho Tutelar e dos encarregados da execução das políticas públicas estaduais e municipais. (art. 88);
- () Na aplicação das medidas de proteção, a criança e o adolescente têm direito a ser ouvidos e a participar dos atos e da definição da medida de promoção dos direitos e de proteção. (art. 100, parágrafo único, inciso XII);
- () A implementação de programas para atendimento da criança e do adolescente em situação de rua vai de encontro ao direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, assegurado no Artigo 16, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- () A apelação da sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar deve ser sempre recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo. (art. 199-B)

() O afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar é de competência do Conselho Tutelar e independe de autorização judicial. (art. 101, §§ 2.º e 3.º)

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (a) V – V – F – F – F.
- (b) F – V – V – F – F.
- (c) V – F – F – V – V.
- (d) V – F – V – V – F.
- (e) F – V – F – V – V.

23. Relativamente ao conselho tutelar e sua disciplina segundo o disposto na Lei n. 8.069/90, considere as seguintes afirmações:

- I. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos apenas dos adolescentes, conforme definido nesta Lei.
- II. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: 1 – reconhecida idoneidade moral; 2 – idade superior a vinte e um anos; 3 – residir no município.
- III. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: 1 – reconhecida idoneidade moral; 2 – idade superior a dezoito anos; 3 – residir no município.

Esta integralmente correto o que se afirma em:

- (a) Apenas as assertivas I e III.
- (b) Apenas a assertiva II.
- (c) Apenas a assertiva III.
- (d) As assertivas I, II e III.
- (e) Apenas a assertiva I

24. Jorge, 18 anos, grava dois filmes com sua namorada, Júlia, de 17 anos. O primeiro, com cenas pornográficas da adolescente, e o segundo, com cenas de sexo explícito em que ele participa, ambos com o consentimento dela. Passados quatro meses da gravação, o relacionamento termina e Jorge mantém os vídeos armazenados em seu aparelho celular. Ayrton, primo de Jorge, pega o telefone e transmite o vídeo com as cenas pornográficas da adolescente para Jean, que, ao abri-lo, apaga o conteúdo imediatamente de seu telefone.

De acordo com os dados do problema e os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (a) Jorge não praticou crime, já que o vídeo foi consentido;
- (b) Jean praticou crime, pois chegou a abrir o vídeo;
- (c) Ayrton não praticou crime, pois as cenas eram pornográficas, e não de sexo explícito;

- (d) Jorge praticou crime, quando fez o vídeo;
 - (e) Ayrton não praticou crime, porque não vendeu o vídeo.
25. Entre as garantias de prioridade estabelecidas expressamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 8.069/90), **não** há previsão de:
- (a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
 - (b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
 - (c) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
 - (d) Viabilização prioritária de formas alternativas de participação, ocupação e convívio com as demais gerações.
 - (e) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
26. Assinale a alternativa correta sobre os direitos e a proteção das crianças e dos adolescentes.
- (a) É proibida a hospedagem de adolescente em hotel, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.
 - (b) É permitido o trabalho de menores entre 12 (doze) e 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes.
 - (c) Todas as crianças, assim definidas em lei, somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição de espetáculos públicos quando acompanhadas dos pais ou responsável.
 - (d) No âmbito do Sistema Único de Saúde, a cesariana terá preferência ao parto natural.
 - (e) O dever do Estado de proporcionar creche às crianças se dá apenas após 1 (um) ano de idade.
27. Em relação ao Conselho Tutelar, nos termos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.
- (a) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária ou pelo representante do Ministério Público a pedido de quem tenha legítimo interesse.
 - (b) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da Administração Pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 3 (três) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
 - (c) A aplicação das medidas de proteção pelo Conselho Tutelar devem ser precedidas de manifestação do representante do Ministério Público.
 - (d) Pode se candidatar a membro do Conselho Tutelar, atendido os demais requisitos legais, qualquer pessoa com idade superior a dezoito anos.

- (e) A competência do Conselho Tutelar será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável ou pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável. Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

28. Sem prejuízo de outras providências legais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão

- (a) investigados para identificar a corresponsabilidade da criança no caso.
- (b) primeiramente levados ao juiz da Vara da Infância e Juventude.
- (c) obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.
- (d) direcionados à Delegacia Infanto-juvenil próxima à residência da criança.
- (e) encaminhados aos responsáveis para verificação do ocorrido com a criança.

29. Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta:

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível afirmar que é considerada criança a pessoa com até ____ anos incompletos de idade, e adolescente quem apresentar de ____ anos a ____ anos de idade.

- (a) 14 / 16 / 19
- (b) 12 / 14 / 18
- (c) 10 / 12 / 19
- (d) 12 / 12 / 18
- (e) 10 / 10 / 18

30. O direito à liberdade, de acordo com o ECA prevê também

- (a) brincar, praticar esportes e divertir-se.
- (b) respeitar as condições físicas para conseguir estudar.
- (c) trabalhar em condições adequadas à idade da criança e do adolescente.
- (d) recuperar toda criança ou adolescente que tem dependência de drogas.
- (e) trabalhar para contribuir com a renda familiar.

31. De acordo com o ECA, o conselho tutelar, ao tomar conhecimento de ameaça ou violação aos direitos de crianças e adolescentes, é competente, em regra, para determinar a

- (a) inclusão da criança e(ou) do adolescente em programa oficial de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente.

- (b) destituição da tutela da criança e(ou) do adolescente.
- (c) inclusão da criança e(ou) do adolescente em programa de acolhimento familiar.
- (d) perda da guarda da criança e(ou) do adolescente.
- (e) Inclusão da criança e(ou) do adolescente em programa oficial de proteção e promover a destituição do poder familiar.

32. No que se refere ao Conselho Tutelar, assinale a alternativa correta:

- (a) Ao tribunal de justiça local caberá encaminhar ao Poder Executivo proposta orçamentária anual com previsão dos recursos necessários ao funcionamento do conselho tutelar.
- (b) Lei estadual disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do conselho tutelar.
- (c) O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constitui serviço público relevante e presume idoneidade moral.
- (d) Em cada comarca haverá, no mínimo, um conselho tutelar como órgão integrante do Poder Judiciário estadual.
- (e) O candidato a membro do Conselho Tutelar deve ser pessoa idônea, com idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, e residir na sede da comarca.

33. Paula, que é juíza na vara da infância e juventude de determinado município e atua em parceria com o conselho tutelar, é casada com o tio de Maria, que pretende exercer a função de conselheira tutelar no município.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre impedimentos do conselheiro tutelar.

- (a) O Estatuto da Criança e do Adolescente veda a nomeação para o mesmo conselho tutelar de parente colateral por afinidade até o terceiro grau, aplicando-se a regra, portanto, a Paula e a Maria.
- (b) Prevalece o impedimento em relação a Maria, pois não há distinção entre parentes consanguíneos ou afins após o casamento civil, aplicando-se a regra, portanto, a Paula e a Maria.
- (c) A situação apresentada não constitui impedimento para Maria assumir o conselho tutelar, não havendo justa causa para a negativa de posse, mas apenas para o exercício da função em um mesmo atendimento que envolva Paula como juíza.
- (d) Há parentesco por afinidade entre Paula e Maria, o que configura impedimento legal previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (e) O Estatuto da Criança e do Adolescente veda, tão somente, a nomeação para o mesmo conselho tutelar de tio e sobrinho, não se aplicando a regra ao parentesco entre Paula e Maria.

34. As entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente somente poderão funcionar depois de registradas perante o

- (a) Conselho Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- (b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- (c) Conselho Tutelar Federal.
- (d) Poder Público Estadual
- (e) Ministério Público Federal.

35. Adalgisa e Carlos, em companhia de seus filhos Eduardo e Silvia, respectivamente com 08 e 11 anos de idade, viajavam de carro para o Rio Grande do Sul. No decorrer da viagem, com dificuldades de encontrar pouso, pararam em um motel para passar a noite e seguir viagem no dia seguinte. Ocorre que o funcionário do motel os impediu de entrar em razão de estarem com crianças dentro do carro, não obstante comprovarem, através dos documentos legítimos, que eram seus filhos.

O funcionário afirmou que era proibido, por lei, o ingresso de menores em motéis. No caso em questão, o funcionário.

- (a) não agiu corretamente, já que não há qualquer proibição legal ao ingresso de menores em motéis ou estabelecimentos similares.
- (b) não agiu corretamente, já que as restrições legais para a hospedagem de menores de idade em motéis ou estabelecimentos similares se referem apenas a menores de treze anos de idade.
- (c) não agiu corretamente, já que não há proibição legal à hospedagem de menores de idade em motéis ou estabelecimentos similares, se estiverem acompanhados dos pais.
- (d) agiu corretamente, já que é legalmente proibida a hospedagem de menores de quatorze anos de idade em motéis ou estabelecimentos similares, ainda que acompanhados dos pais.
- (e) agiu corretamente, já que é legalmente proibida a hospedagem de menores de dezoito anos de idade em motéis ou estabelecimentos similares, ainda que acompanhados dos pais.

36. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes, públicos e particulares, são obrigados a

- (a) manter registro das atividades desenvolvidas, por meio de prontuários individuais, pelo prazo de cinco anos.
- (b) identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão digital, bem como a impressão digital da mãe e do pai.
- (c) fornecer declaração de nascimento, com ou sem as intercorrências do parto.
- (d) manter alojamento separado entre o neonato e a mãe, para que o neonato receba os cuidados mais adequados.

- (e) acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente.

37. Joana, atualmente com 13 anos de idade e registrada somente em nome da mãe biológica, com quem reside, tem constantes desentendimentos com esta. Na sexta-feira, às 23 horas, após uma discussão entre as duas, a mãe decidiu que não aceitaria mais a permanência da filha em sua residência e, diante da inexistência de família extensa no Município onde residem, levou e deixou Joana em uma entidade de acolhimento institucional do Município para que lá permanecesse. Diante da situação apresentada, a entidade de acolhimento institucional para a qual foi levada e deixada Joana pela genitora, mesmo em se tratando de situação excepcional e de urgência, considerando a inexistência de família extensa no Município e também o horário em que a adolescente foi levada até a entidade,

- (a) poderá acolher a adolescente sem prévia determinação da autoridade competente, comunicando o Juiz da Infância e da Juventude do fato em até 24 horas, sob pena de responsabilidade.
- (b) não poderá acolher a adolescente sem a autorização da autoridade competente e a adolescente terá de ser encaminhada, para pernoitar, junto à sede do Conselho Tutelar ou da Delegacia de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente, que deverão ter local apropriado para esse fim.
- (c) não poderá acolher a adolescente sem prévia autorização do Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.
- (d) poderá acolher a adolescente, no entanto, este acolhimento emergencial somente será feito após parecer prévio e favorável do Ministério Público.
- (e) não poderá acolher a adolescente, até que seja suspenso o poder familiar da genitora em relação à filha, a fim de impedir que a genitora possa retirar a adolescente do local sem autorização judicial.

38. Em relação ao Conselho Tutelar, assinale a alternativa correta.

- (a) As decisões do Conselho Tutelar deverão ser revistas *ex officio* pela autoridade judiciária.
- (b) O Conselho Tutelar é órgão transitório, vinculado ao Poder Judiciário, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (c) Em cada município haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da Administração Pública local, composto de 10 (dez) membros, escolhidos pela população local para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.
- (d) São atribuições do Conselho Tutelar, dentre outras, promover a execução de suas decisões, podendo para tanto expedir certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- (e) São impedidos de servir no mesmo Conselho, dentre outros, marido e mulher.

39. Selma, que deseja adotar uma criança, oferece importância em dinheiro para que Maria lhe entregue seu filho recém-nascido. Maria não aceita o dinheiro, mas como passa por dificuldades, mesmo assim, “doa” o filho para Selma, sem mediação de qualquer autoridade. Um mês depois, arrependida, Maria pede a criança de volta. À luz dos dispositivos expressos do Estatuto da Criança e do Adolescente,

- (a) Maria, sem a concordância de Selma, não poderá reintegrar a criança a seu convívio, uma vez que a entrega irregular gera, por abandono afetivo e material, perda automática do poder familiar.
- (b) Maria cometeu crime ao entregar a criança para Selma, ainda que não aceitasse sua oferta de dinheiro.
- (c) Selma, passados dois anos, poderá adotar a criança se comprovar a fixação de laços de afinidade e afetividade com ela.
- (d) Selma cometeu crime ao simplesmente oferecer recompensa para Maria entregar-lhe a criança.
- (e) Selma não está obrigada a devolver, já que o arrependimento de Maria, passados mais de dez dias da entrega da criança, perdeu sua eficácia legal.

40. Quanto ao ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere ao Conselho Tutelar, é **incorreto** afirmar que este órgão tem como atribuição:

- (a) Os direitos e deveres (limites) da criança e adolescente sejam elencados pelos próprios pais, apoiados por este órgão;
- (b) Atender e aconselhar os pais e responsáveis na tutela ou guarda de seus filhos;
- (c) Atender e aconselhar crianças e adolescentes;
- (d) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- (e) Participar de ações que combatam a violência, a discriminação no ambiente escolar, familiar e comunitário.